

Taxa de juros, um fator essencial

MURILLO MURÇA
Enviado especial

MONTEVIDÉU — A redução dos juros internacionais às suas taxas históricas (de 1900 a 1980, foram de 1 a 2%, chegando a ser negativas, por curtos períodos) representaria uma economia de US\$ 80 bilhões para os países devedores, no próximo ano; o retorno dos preços dos produtos primários aos seus níveis de 1980 representaria o ganho de mais US\$ 10 bilhões. O valor agregado do conjunto desses recursos somaria de US\$ 100 a 120 bilhões, o que corresponde às necessidades estimadas dos 11 países latino-americanos do Consenso de Cartagena para que retomem o crescimento e evitem o que o presidente uruguai chamou de situação incendiária, que poderia provocar a desestabilização política desses países, muitos deles saindo de regimes ditatoriais.

O Plano Baker, no entanto, oferece apenas US\$ 29 bilhões, sem referir-se a taxas de juros e deixando implícita uma carga de condicionalidades consideradas recessivas e, em alguns pontos, violadoras da soberania dos países devedores em relação à escolha de seus modelos macroeconômicos internos. E, ainda, reduz a margem de manobras para futuras negociações, ao eliminar instâncias de novas conversações.

Apesar disso, a declaração de Montevidéu, apresentada pelo quarto encontro do Consenso de Cartagena, encerrado terça-feira, considera a proposta Baker um passo positivo, pois reconhece o princípio de co-responsabilidade na solução do problema da dívida, e da necessidade de crescimento dos países devedores, mediante o restabelecimento de fluxos financeiros para os devedores. — Isto porque, há necessidade iminente de novos recursos por parte da quase totalidade dos países. Seja para investimentos, rolagem das dívidas ou novos empréstimos que permitem garantir liquidez sem cair em pro-

cesso inflacionário explosivo. O Plano Baker, apesar de tudo, foi considerado como uma abertura de diálogo e de reconhecimento das implicações políticas da dívida.

DIÁLOGO

“A América Latina precisa crescer em liberdade e crescer para ser mais livre”, dizia a versão inicial da declaração de Montevidéu, expressão retirada, assim como várias outras, com o objetivo de eliminar o quanto possível os aspectos “retóricos” do documento. A intenção do Grupo de Cartagena era, ao final do encontro ampliar os canais de negociação, sem ultimatos, mas deixando bem claro que, se não houver uma solução para o problema da dívida, toda a economia mundial corre o risco de um colapso, a partir da quebra irremediável dos devedores.

Essa intenção de diálogo foi reafirmada no domingo, um dia antes do começo do encontro de Montevidéu quando se reuniram em uma fazenda argentina os representantes do Brasil, México, Uruguai e da Argentina. “Muito mais que acertar o que fariam, os ministros entenderam-se sobre o que não queriam”, afirmou um dos participantes da reunião prévia, representante da Argentina. E o que não se queria era um “tom estridente” no documento final, cuja repercussão poderia ser ainda mais negativa por acirrar as defesas dos credores.

Os novos pontos básicos propostos pelo plano de emergência aprovado são há muito conhecidos — nem sempre com todas as palavras —, pelos banqueiros e instituições financeiras internacionais. O que o Grupo de Cartagena criou realmente de novo foi o comitê de acompanhamento, um vigilante pronto a gritar “fogo”, quando o incêndio começar, ou seja, alertar os credores sobre as condições de temperatura e pressão de suas economias internas e respectivas repercussões políticas, a tempo de que cheguem os bombeiros com a água de novos recursos.

Depois de uma pequena disputa interna, logo eliminada, foi escolhido o vigilante-chefe, ou coordenador do comitê, o chanceler uruguai Enrique Iglesias, que vem conduzindo a política externa e as negociações de sua dívida com muita moderação e tem sido um interlocutor confiável do mundo financeiro, além de aliar a isso grande capacidade diplomática. Seus esforços para fazer do Uruguai a “Suiça latino-americana” têm dado resultados. Pelo menos, os US\$ 100 milhões que venceram até agora não foram pagos pelo Uruguai, que nem por isso enfrentou os “oficiais de justiça” norte-americanos.

Apesar de reafirmada a coesão e linearidade de pensamento entre os componentes de Cartagena — principalmente entre os três maiores devedores: Brasil, México e Argentina, resta saber quem amarrará o guizo no rabo do gato, ou seja, qual dos devedores vai fazer com que os banqueiros reduzam suas taxas de juros. Em segundo lugar, como será possível fazer os credores de US\$ 360 bilhões esquecerem por três anos que lhes devem esse dinheiro? Da mesma forma, quem vai convencer o mercado financeiro internacional a continuar investindo na região ou a deixar de receber “exportação líquida” de recursos, que dilapida a poupança interna e impede novos investimentos produtivos nesses países?

O documento de Montevidéu só não foi concluído com um “grito de cunhação” porque o bombeiro chefe, com apoio do Brasil, conseguiu deslocar para o interior do documento o seguinte e “ameaçador” parágrafo:

“Se não se adotar o conjunto de medidas propostas, a região será levada a uma situação de gravidade extrema, que a obrigaría necessariamente a limitar suas transferências líquidas de recursos para evitar uma maior instabilidade social e política que poderia reverter os processos de consolidação democráticos”.